

**“AQUI NINGUÉM GANHAVA PROCESSO SEM O APOIO DO PARTIDO”¹:
práticas sócio-políticas (e cidadania política) de imigrantes e de seus descendentes
no Brasil Meridional à época de Pedro II**

MIQUÉIAS HENRIQUE MUGGE²

Era início de janeiro de 1861 quando o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, recebia um abaixo-assinado que solicitava providências acerca dos acontecimentos ocorridos devido ao procedimento de uma das mesas paroquiais de um populoso município do território que governava.

No processo eleitoral que designaria os eleitores de uma certa paróquia, em fins de dezembro do ano anterior, logo após o Natal, houve empate no resultado final. Dois sujeitos, com os mesmos 42 votos, disputavam somente uma vaga. O Artigo 115, da Lei da Reforma, Número 387, de 19 de agosto de 1846, regulava estes casos: dever-se-ia proceder pelo sorteamento, anunciado por editais afixados o mais publicamente possível, com vinte e quatro horas de antecipação; as cédulas deveriam ser extraídas de uma urna por um menino com menos de sete anos, lidas em voz alta pelo presidente da mesa e apresentadas aos assistentes.³

Certamente estes casos eram comuns em municípios que eram formados por grandes e pequenas paróquias. No entanto, em nosso caso, o ocorrido resultou em uma disputa dita “incomum”, por grande parte da historiografia que deste espaço geográfico e das pessoas que nele moravam se ocupou. Em nome de 38 outros votantes, quatro sujeitos peticionaram ao dito Presidente da Província que o Juiz de Paz e Presidente da Mesa agiu com inconformidade à Lei Eleitoral e que medidas deveriam ser tomadas.

O desempate foi feito, no entanto, segundo uma das facções, de maneira tendenciosa: sem ter afixado editais, o presidente da mesa lançou mão de dois

¹ ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1997, p. 230.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista CNPQ-GM. Artigo apresentado como instrumento de avaliação parcial para obtenção de grau final na disciplina *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: novos temas, novas abordagens*.

³ Cf. *Collecção das leis do Império de Brasil de 1846*. Tomo VIII. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1847, p. 35.

papezinhos, amassados “na forma de umas bolinhas”, alocados dentro de um chapéu (“e não d’uma urna”), do qual um menino de seis anos os retirou e deu-os “às partes interessadas”. Quando um dos votados recebeu a “assim chamada cédula” com a mão direita, “meteu-a debaixo do seu poncho, e pôs ela depois com a mão esquerda na mesa, a fim de abri-la; e sendo aberta, achou-se a cédula muito suja, contendo a escritura ‘eleitor’”, por conseguinte, o homem citado foi declarado como tal pela mesa paroquial.⁴

Este caso, aparentemente banal, revela práticas políticas costumeiras do Brasil oitocentista: disputas locais por poder de mando, por ampliações de fortunas e por necessidade de maior número de clientes, que eram passíveis de cooptação e de gerarem uma ‘espiral infinita de débitos e dependências’. Muitos autores já se ocuparam desta temática, dando visibilidade a notáveis políticos, sejam eles locais, provinciais ou imperiais, entre os quais destacamos José Murilo de Carvalho,⁵ Ilmar Rohloff de Matos,⁶ Raimundo Faoro,⁷ Maria Fernanda Vieira Martins⁸ e outros. Outrossim, demonstramos, aqui, especial correlação com as obras de Maria Odila Leite da Silva Dias⁹ e Richard Graham.¹⁰

O americanista Graham, em sua obra *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, mais especificamente no capítulo quatro, *O Teatro das Eleições*, cuida de apresentar as eleições como um momento em que são reiteradas naquela sociedade as hierarquias sociais, o que traduz o papel que as regras de prestígio assumem enquanto

⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Fundo Eleições. Lata 208. Mesa Paroquial – correspondências e atas. Requerimento de 03 de janeiro de 1861.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, 2a. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶ MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

⁷ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

⁸ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

¹⁰ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

dimensão essencial na organização e distinção social. Para ele, “as eleições ocupavam a atenção das comunidades locais quase todo o tempo” (GRAHAM, 1997, p. 141). Um emaranhado de ambiguidades surgia neste sistema. À “massa de cidadãos ativos” foi estendido o voto, compreendendo uma boa parte do contingente populacional masculino: um homem votava desde os 21 anos, desde que fosse casado, tivesse recebido consagração religiosa ou patente de oficial militar ou da Guarda Nacional. Desde os 25 anos, caso não respondesse a uma destas demandas. Deveria possuir renda líquida anual de 200 mil-réis, valor considerado baixo por Graham. No entanto, este sufrágio amplo não significava, por consequência direta, uma política democrática, mas

tornava possível atingir um importante objetivo das eleições: servir de teatro no qual os participantes usavam a linguagem da estratificação social para, mais que excluir os votantes, diferenciá-los. E os endinheirados definiam esta estratificação. [...] E como os chefões rivais subiam e caíam, precisavam de um palco para deixar claro seu lugar atual (GRAHAM, 1997, p. 141).

É interessante perceber na análise de Graham a sobressaliência de figuras como o Juiz de Paz, que fazia as vezes de autoridade, “como fazendeiro, estancieiro ou homem de outras posses”, que ocupava o lugar de presidente da mesa (GRAHAM, 1997, p. 150). Autoridades como estas, publicizadas *ad nauseam*. Os oficiais da Guarda Nacional, por exemplo, mantinham a ordem nas eleições vestindo uniformes adornados, arrematados com luvas brancas e espadas com cabos reluzentes. Figuras importantes, elegantes e quase inacessíveis. Impregnava-se, assim, os vínculos cotidianos de relações claramente hierárquicas e hierarquizadas. O eleitor comum, por sua vez, “também se vestia para a ocasião: calçava sapatos. E sapatos diziam tudo” (GRAHAM, 1997, p. 161).

Percebe-se, portanto, que os processos eleitorais, sobretudo, desempenhavam um papel de reiteração de diferenciações preestabelecidas. O espectro de postos, de autoridades e de honras transparecia em uma ocasião como esta. “Os ritos repetidos a cada eleição reafirmavam e reforçavam a classificação da sociedade e sua conveniência” (GRAHAM, 1997, p. 164).

As fraudes, ou as alegações de fraude, por sua vez, fazem transparecer disputas entre duas ou mais facções locais, que contavam ou não com o apoio do presidente da província. Relatadas, oficializavam esta disputa, como aconteceu com o caso que abordamos no início deste artigo. Chamavam a atenção à presença de lideranças em

conflito. O passo inicial, aparentemente, é sempre o mesmo: desqualificar o presidente da junta de qualificação de votantes, e, posteriormente, o presidente da mesa. Quem era este homem? Segundo a lei de 1846 já supracitada, tratava-se do sujeito que recebesse mais votos na última eleição para o juízo de paz, mesmo que não estivesse no exercício do cargo ou ainda que fosse indiciado por crime de responsabilidade.

Mas afinal, qual a peculiaridade do caso que aqui tratamos? Não seria ele apenas mais um no mar de requerimentos das latas e maços que o poder executivo imperial produziu e agora estão resguardados em arquivos estatais?

A localidade de São Leopoldo, denominada a partir de 1824 de Imperial Colônia, havia sido palco da Real Feitoria do Linho Cânhamo. Com a chegada de imigrantes destinados ao cultivo policultor em pequenas propriedades rurais, a Colônia viveu um período de improviso, permeado por discussões econômicas em âmbito provincial, haja vista que à Província eram exigidos subsídios para manutenção dos colonos nos primeiros anos.

Os grupos imigrantes eram provenientes de regiões como o Palatinado, com preponderância para o planalto do Hunsrück e o vale do Mosela, de Hessen-Darmstadt. Também temos registros da chegada de migrantes vindos da Saxônia, de Baden-Württemberg, Saxônia-Coburgo, Schleswig-Holstein, Mecklenburg-Schwerin e Hannover. A maioria era composta por contingentes de agricultores e artesãos.

Apesar dos arrancos da guerra civil (1835-1845), São Leopoldo teve bom desenvolvimento, principalmente devido ao fato de os excedentes da produção agrícola poderem ser vendidos para o mercado interno, carente de alimentos.

O foco do artigo não é este. Questões sobre a imigração, o estabelecimento dos imigrantes e os pioneiros do projeto colonizador já foram constitutivas da agenda de historiadores, principalmente da região sul do país, muitas vezes e em diferentes épocas. É claro que as complexidades eram muito maiores do que as aqui brevemente explicitadas.¹¹

¹¹ Cf. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000a.; OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1968.; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.; SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002; AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Muckers*. São Paulo: Símbolo, 1978.

Esta imigração, tanto se considerarmos-la como de colonização de áreas limítrofes do Império, visando a policultura, quanto aquela destinada à produção cafeeicultora paulista, é enfatizada, também, como substituta da mão de obra escrava, em parte dos trabalhos de historiadores. Depois, temos uma historiografia de *louvação étnica*, produzida por ideólogos da identidade dos imigrantes teutos no sul do Brasil. Estes últimos trabalhos tratam de afirmar que colonos de São Leopoldo, por exemplo, não possuíam escravos entre seus bens *semoventes*. A cultura germânica dos imigrantes impediria esta posse e, assim, haveria valorização do trabalho livre.

De um modo acrítico, grande parcela da historiografia que se ocupa com a colonização/imigração de alemães no Brasil, principalmente em São Leopoldo, apenas reproduziu que os moradores da localidade não adotaram a *bárbara prática luso-brasileira* da posse de escravos, da participação política em pleitos litigiosos ou da obtenção de altos postos na Guarda Nacional local.

Distante sete léguas ao norte de Porto Alegre, a capital da Província, a área colonial de São Leopoldo, contava à época com uma população predominantemente formada por artesãos alemães, como, por exemplo, “marceneiros, ferreiros, fabricantes de carroças, sapateiros, alfaiates, seleiros, funileiros, etc., e por negociantes taberneiros...”. Estes haviam recebido porções de terras, no meio dos matos que cobriam a região, com a obrigação de derrubá-los e, no terreno, levar a efeito algum tipo de cultivo. Em alguns casos, as pastagens localizadas ao redor de suas terras eram utilizadas “para criar vacas e fazer manteiga ou queijos, produtos que facilmente eram vendidos em Porto Alegre”. Aqueles que possuíam algum capital, eram proprietários de estabelecimentos (comerciais ou artesanais) mais ou menos importantes, como, por exemplo, curtumes, destilarias, serrarias, olarias e engenhos de farinha de mandioca e açúcar, produção que rendia bons ganhos para a colônia, independentemente das relações comerciais que entretinham com Porto Alegre. Normalmente, a terça-feira de cada semana era o dia designado para levar à capital da província os comestíveis e os produtos produzidos na pequena colônia (ISABELLE, 1983, p. 72-74).

Depois de “tantos sofrimentos nas guerras civis”, ou os arrancos da guerra Farroupilha (1835-1845), a paisagem da região colonial de São Leopoldo observada durante os primeiros anos da década de 1830 pelo viajante Arsène Isabelle, rapidamente, ganharia novos contornos. Entre o fim da guerra e o decurso da década de

1850, sua população aumentou cerca de 75%. As transações mercantis e comerciais observadas por aquele viajante francês ganharam expressividade e os estabelecimentos comerciais e oficinas manuais triplicaram. O incipiente trânsito de mercadorias também ganhou expressividade, o que acabou concorrendo para a formação de uma rota comercial fortemente alicerçada pelo comércio de produção de gêneros agrícolas e artesanais na localidade. Em outras palavras, sua economia passou a ganhar cada vez mais espaço no comércio exportador rio-grandense, chegando a representar um aumento de 151,21% naquele espaço de tempo, o que também contribuiu para que muitos comerciantes de origem alemã passassem, gradativamente, a ampliar suas redes e campos de negócios na região, inclusive contando com outros negociantes de mesma origem estabelecidos na capital da província (AMADO, 1978; GANS, 2004).

No entanto, o ritmo acelerado do desenvolvimento trouxe consigo rápidas mudanças nas formas como aqueles sujeitos passaram a relacionar-se entre si. Poderíamos mesmo dizer que as tensões sociais tornaram-se mais sensíveis, os conflitos amadureceram e seus desdobramentos ganharam maior relevo naquela sociedade. É nesse âmbito que percebemos nossos dados empíricos se multiplicarem e, assim, aumentarem as possibilidades de análise.

O *caso dos papeizinhos* ocorreu na Paróquia de São Miguel dos Dois Irmãos, então Quarto Distrito da Vila de São Leopoldo. Percebemos que a maior parte dos fogos da vila era lá localizada, assim como perfazia o distrito com maior número de habitantes. No entanto, até 1858, não contava com nenhum eleitor arrolado nas listas de São Leopoldo. O município era formado pelo seguintes números de paróquias, eleitores, votantes, fogos e populações, naquele ano:

Paróquias	Eleitores	Distr.	Votantes	Fogos	População						
					Livres		Libertos		Escravos		Total
					H	M	H	M	H	M	
N. S. S. L	6	1°	389	644	1869	1807	32	20	298	117	4143
S. Miguel	0	4°	274	1125	3406	3059	-	-	86	57	6608
Soma	6	2	663	1769	5275	4866	32	20	384	174	10751
S. Anna	2	3°	349	291	798	821	23	30	410	270	2352
S. J. Hort.	1	5°	118	641	1570	1406	3	-	68	44	3091
Soma Total	9	4	1130	2701	7643	7093	58	50	862	488	16194

Fonte: AHRS. Fundo Autoridades Municipais. Câmara Municipal de S. Leopoldo. Correspondências expedidas à presidência da província. Maço 259. Ofício de 14 de dezembro de 1858, assinado pelos vereadores João Daniel Hillebrand, José Correia Ferreira da Silva, Nicolau Stumpf, André Miguel dos Santos, Manoel de Figueiredo e Jacintho José Silveira.

À época do litígio, o Juiz de Paz do dito distrito era o destacado comerciante, negociante, vendeiro e especulador de terras João Pedro Schmidt. A disputa que relatamos se deu entre Martin Müller e João Schüler. Teve influência direta no caso, ainda, “o Capitão Orsy” que, sem ser votante naquela paróquia, “funcionou na mesa” e não aceitou o protesto de Schüler, que se disse prejudicado pela prática “ilegal”. No entanto, sabemos que os quatro peticionários (que representavam os 42 votantes em Schüler) se chamavam Felipe Verle, Leonhardt Altenhofen, Nicolau Staudt e Jacob Kronbauer.

Quanto aos protagonistas, Martin Müller foi elencado na lista de qualificação eleitoral de 1865 sob o número 75, morador no 4° Quarteirão, com 34 anos, profissão de moleiro e renda anual líquida de 500 mil-réis. Infelizmente, não obtivemos notícias de João Schüler nesta mesma lista. Entretanto, está presente Jacob Schüler, provavelmente um parente seu.

Os outros quatro já supracitados aparecem na lista de qualificação: sob o número 53, Felipe Verle: 34 anos, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis; 86, Leonardo Altenhofen: 33 anos, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis; 76, Nicolau Staudt: 28 anos, casado, marceneiro, renda anual líquida de 400 mil-réis; e, por fim, 61, Jacob Kronbauer: 35, casado, lavrador, renda anual líquida de 400 mil-réis.

Jacob Kronbauer, peticionário em 1861, assinava a lista dos votantes qualificados na Freguesia de S. Miguel dos Dois Irmãos, como Juiz de Paz, em 20 de fevereiro de 1865. Certamente, as forças políticas, neste interstício curto de tempo, se realocaram. No entanto, não sabemos como se deu este processo, nem o resultado final da solicitação dos apaniguados de Schüler, que chegou às mãos do Presidente da Província.

Destacamos aqui, entretanto, que este caso exemplifica a vida cotidiana na Vila (1846) e depois Cidade (1864) de São Leopoldo. Mostra que a política, mesmo que não a político-partidária, estava nos meandros das relações sociais estabelecidas por moradores do lugar, sejam eles imigrantes, descendentes de alemães, cearenses, portugueses ou baianos.

Concordamos com Tramontini, portanto, quando afirma que:

As disputas pela liderança das ‘comunidades’ se reforçam aqui como disputas verdadeiramente políticas [...]. Integram as disputas pelo poder local com a discussão política provincial. Portanto, ficam invalidadas as interpretações que supervalorizam o localismo, a política no interior das picadas como única ou maior força na determinação da vida colonial. A organização dos colonos [...] se articula com a disputa política de lideranças na zona colonial, e, por sua vez, com a discussão política brasileira (TRAMONTINI, 2000, p. 226-227).

Marcos Witt, por sua vez, demonstra o mesmo quando estuda, em período anterior ao nosso, a disputa que se deu entre pastores do “culto protestante” pela liderança comunitária na zona colonial (WITT, 2008).

Uma das possibilidades abertas a partir dessas abordagens, como a de Tramontini, de Witt e deste artigo é analisar o cotidiano, a situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos muito arraigados ao *local*, mas interligados a alguns fatos políticos e econômicos que fogem ao controle direto do sujeito, do ator social, mas coloca-nos diante de problemas sugestivos no que tange às motivações e, talvez, estratégias de ação política.¹²

Na contra-corrente de estudos clássicos sobre áreas de imigração alemã no Rio Grande do Sul, que preferiram atribuir caráter apolítico ao cotidiano das pessoas *comuns* que ali moravam, destacando apenas grandes vultos, como o Diretor das

¹² Cf. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

Colônias, Comandante da Guarda Nacional, Coronel e Juiz de Paz Dr. João Daniel Hillebrand, pretendemos mostrar que situações de conflito e de rebeldia, de confronto e de reivindicação, se fizeram presentes em São Leopoldo e, assim, desconfiguram a polarização entre *mau imigrante* e *bom imigrante*. Questionamos também a *tese do isolamento*, trazendo à luz inserções de sujeitos em situações que forjariam, posteriormente, práticas políticas que, mesmo que consideradas ilegais, faziam parte do jogo político socialmente aceito.

As disputas pelas Câmaras Municipais, por exemplo, que ocorreriam em São Leopoldo a partir de 1846, com elevação da Capela Curada à Vila, podem esclarecer melhor alguns elementos que levaram grupos e indivíduos a disputar um espaço político que, mesmo com relativa perda de autonomia (com as reformas centralizadoras do Império), eram instrumentos poderosos de mando. Se a não-participação de parcela da população é reiterada na historiografia, isso não significa, necessariamente, afirmar que houve um isolamento quase individualista e antissocial dos colonos (TRAMONTINI, 2000, p. 300-305).

Tramontini, em sua tese de doutorado, conclui que

a série de abaixo-assinados, manifestos, requerimentos, disputas, evidências de organização social e mesmo de revolta [...] e, principalmente, o estudo que agora se inicia da Câmara Municipal de São Leopoldo se contrapõem completamente a essas interpretações [tradicionais, que traziam em seu bojo o imigrante como ordeiro, operoso e apolítico] (TRAMONTINI, 2000, p. 311).

É claro que o cotidiano não se resumia a um emaranhado de conflitos e cooperações. Entretanto, também em laços de amizade, de compadrio e de formação de uma incipiente elite se encontram práxis políticas.

A heterogeneidade do grupo considerado “alemão”, germanófono ou imigrante, em um contexto marcado por recepções e emergências de ideários políticos e científicos diferenciados, como as revoluções liberais alemãs, ou a transição do Império à República, no Brasil, gerou cosmovisões diferentes entre intelectuais. Posicionamentos diferentes, sejam eles religiosos, políticos ou partidários. Magda Gans e Haike da Silva destacam isso, apresentando pastores luteranos, padres católicos e livres pensadores que compunham um espaço de debate intenso e produtivo, trazendo aos moradores de S. Leopoldo, por exemplo, diferentes discursos (GANS, 2004, p. 120; SILVA, 2006).

É claro que, até o advento da República, em 1889, imigrantes, descendentes destes e acatólicos eram impedidos de participarem de instâncias superiores da cidadania política no Brasil do oitocentos. Mesmo assim, a escolha de representantes como vereadores, juízes de paz e eleitores de paróquia eram feitas de forma direta. Definindo o lugar de cada cidadão dentro da *vida política*, a legislação designava a quem competia certo destaque local: ser votante significava emergir da massa dos sem-nome, obter distinção social e *se fazer aparecer*.

A governança municipal, assim, foi tomada, a partir de 1846, pela possibilidade de participação política dos colonos moradores nas picadas e no termo da vila. Apesar do acesso limitado à participação política, indivíduos e grupos poderiam influenciar a política provincial e, por vezes, imperial, através de *mediadores*. Foi o que demonstrou Jonas Moreira Vargas em sua análise sobre a política na Província do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Em um caso especial, inclusive, cita São Leopoldo, onde se destacava Caldre Fião (VARGAS, 2010). Analisou, portanto, algumas facetas de complexas teias de interesses recíprocos, que envolviam sujeitos diversos e de estratos sociais absolutamente diferentes.

Palavras finais

O título-fantasia que este artigo recebeu, “aqui ninguém ganhava processo sem o apoio do partido [político]”, é um extrato do conto *Empresas disparatadas no Brasil*, de Wilhelm Rotermund.¹³ O texto trata de tensões decorrentes da inserção política de imigrantes alemães no sistema eleitoral brasileiro. Não cabe aqui entrarmos em maiores detalhes acerca da narrativa de Rotermund, no entanto, destacamos o “olhar” do pastor protestante para as disputas de poder e para os acordos políticos realizados numa colônia fictícia, mas que, claramente, se parecia muito com São Leopoldo à época da sua chegada. Seus dois personagens principais, Michel e Sepp, um suábio e o outro bávaro, se veem confrontados com práticas de trocas de favores, que representavam

¹³ Rotermund (1843-1925) era natural de Stemmen, Alemanha. Graduou-se e doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Jena. Foi convidado pela Sociedade Missionária da Renânia para ser seu secretário. Incumbido de atuar no Brasil, organizou comunidades luteranas. Chegou em São Leopoldo em 1874, assumindo funções como a de professor particular, inspetor e secretário do Comitê para os alemães protestantes nesta região. Foi destacado líder eclesiástico. Teve importante atuação política e intelectual, principalmente na defesa dos princípios éticos do protestantismo entre as comunidades teuto-brasileiras no sul do Brasil. Cf. DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. Caxias do Sul: EdUCS; São Leopoldo: Sinodal, 1984.

relações de processos políticos que se desenvolviam em um contexto e uma época determinados, como, por exemplo, especulações fundiárias, projetos de estradas e disputa por clientelas.

Rotermund construiu sua trama representando o cotidiano local, mas evocando exemplos muito elucidativos de práticas que, aparentemente, condenavam, especialmente àquelas ligadas a interesses pessoais de processos eleitorais. Destaca, ainda, o processo de qualificação de votantes na paróquia local, demonstrando a representação de papéis sociais estabelecidos, como, por exemplo o do comerciante e o do médico local, que contavam com muito prestígio diante das autoridades, mas não agradavam aos colonos.

O imigrante e pastor se via inserido em um caráter excludente da participação política de imigrantes. Até 1881, ele e outros não atendiam às exigências nacionais para galgar altos postos políticos. Para Piccolo, até então “seria o governo municipal a possibilidade de participação política dos colonos” (PICCOLO, 1979, p. 143).

Parece-nos profícuo, no entanto, como fez Rotermund e como ora fazemos com os documentos das atas eleitorais da Paróquia da Picada dos Dois Irmãos, com casos aparentemente banais, interrogar aspectos das práticas cotidianas políticas, culturais e sociais, que se desenvolviam entre imigrantes estrangeiros, alemães naturalizados, teuto-brasileiros (cidadãos ou não) e “nacionais”.

Mesmo não participando da disputa por cargos do legislativo imperial, estudar esse lócus e, sobretudo, estes grupos ou indivíduos, a partir de seu cotidiano, quiçá seguindo as prerrogativas da *microstoria* ou da *Alltagsgeschichte*,¹⁴ pode revelar e trazer à tona trajetórias de imigrantes e de seus descendentes que se aproximavam a outras categorias sociais de seu período. Poderiam, portanto, participar do jogo político local, assim como das disputas eleitorais nas diversas paróquias de suas localidades, serem qualificados à Guarda Nacional e galgarem postos como oficiais ou ainda trazer à tona equívocos de generalizações exacerbadas.

Passaremos a analisar mais um episódio, através do qual localizaremos a Câmara Municipal e a Guarda Nacional como espaços fundamentais de ação política durante o oitocentos brasileiro.

¹⁴ Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.; LÜDTKE, Alf (Ed.). *The History of Everyday Life. Reconstructing historical experiences and ways of life*. Princeton/EUA: Princeton University Press, 1995.

Corria o ano de 1866 quando o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul encaminhava, do Palácio do Governo, em Porto Alegre, uma petição ao Chefe de Polícia provincial para que fosse investigado o secretário interino da Câmara Municipal da Cidade de São Leopoldo, Tenente Francisco Ferreira Bastos, com a finalidade de investigar o fato denunciado: uma substituição de nomes no Livro de Atas daquela casa camarária.¹⁵

Segundo a denúncia, o tenente substituíra o nome de *Becker* pelo de *Mayer*, quando se definiria por onde passaria a estrada que era destinada à ligação entre a cidade e a localidade denominada Feitoria Velha. A falsificação executada efetivava a responsabilidade do citado Bastos pelo crime previsto no artigo 129, parágrafo oitavo, do Código Penal vigente.

O Chefe de Polícia, Gervázio Campello Pires Ferreira, encaminhou em 13 de março daquele ano, nota propondo que o caso fosse levado à justiça, já que, segundo seu ofício, Bastos “[era] único autor da prevaricação [...] promovendo interesse seu”. Assim, estariam provados os fatos alegados em representação por Nicolau Stumpf.

Para chegar a tal conclusão, Pires Ferreira foi a São Leopoldo e ouviu o Delegado de Polícia, o presidente da Câmara Felipe Herzer e o vereador Francisco Alves dos Santos. Segundo ele, estes depoimentos “expõe[m] a primazia que querem ter os vereadores de raça alemã sobre os de raça brasileira”; no entanto, os mesmos se mostravam estranhos a semelhantes intrigas, afirmando que nada disto existia, já que “eram todos brasileiros”. Em São Leopoldo, conclui o Chefe de Polícia, “vivem em perfeita paz e harmonia, e entregues exclusivamente a seus trabalhos”.

Nicolau Stumpf, em sua representação, se dizia vereador e tinha como aliados na missiva os vereadores João Schmitt e João Jorge Schreiner. Acusava formalmente Francisco Ferreira Bastos pelo crime de falsificação e ainda os vereadores Felipe Herzer e Francisco Alves dos Santos por conivência com o fato.

Ao averiguar, Pires Ferreira ouviu ao próprio Stumpf, que à época tinha sessenta e quatro anos de idade, era casado, alemão, negociante matriculado e morador na cidade de São Leopoldo; no depoimento, acusava Bastos de receber cinco onças em ouro para que modificasse, na ata, o registro do nome do colono que teria em suas terras

¹⁵ APERS. Comarca de Porto Alegre. Juízo de Direito da 1a. Vara da Leal Cidade de Porto Alegre. N3010, M59, E74. Responsabilidade. A justiça (autor) vs. Francisco Ferreira Bastos (réu).

construída a estrada. Ouviu também a João Jorge Schreiner, quarenta e dois anos, casado, brasileiro naturalizado, morador em São Leopoldo e comerciante, que respondeu ao Chefe de Polícia que Bastos receberia três onças em ouro pelo procedimento criminoso.

Francisco Ferreira Bastos, por sua vez, respondeu ter quarenta e cinco anos de idade, ser casado e natural da província da Bahia, morador em São Leopoldo e secretário interino da Câmara Municipal desta localidade, onde servia desde agosto de 1865. Era ele quem guardava, em sua casa, os livros das atas da casa legislativa. Além disso, afirmou ter recebido ordens do vereador Alves dos Santos, então presidente, para que modificasse as atas, substituindo o nome de Becker por Mayer.

O exame das ditas atas, que confirmou a falsificação, ou ao menos a rasura, foi feito pelos peritos Antonio Ferreira Tavares Leiria, o escrivão de órfãos do termo, por Caetano Antônio de Moraes Cunha, escrivão da subdelegacia do primeiro distrito, pelo Doutor Promotor Público Luiz Ignácio de Mello Barreto, pelo presidente da Câmara Municipal Felipe Herzer e, finalmente, pela testemunha João Henriques Fróes.

Aos autos do processo, em fevereiro de 1866, foi juntada uma missiva de Francisco Alves dos Santos, que se dirigia ao Chefe de Polícia, para esclarecer os fatos “com a imparcialidade que nutro [sic]”. Nestas páginas, Alves dos Santos expressa que nas eleições anteriores ao ano de 1866, graças à inclusão no número dos eleitos dos brasileiros “de raça alemã”, a Câmara Municipal se constituiu de tal forma que a cadeira de presidente recaiu em um indivíduo pertencente a este grupo (mesmo que este grupo não se definisse como tal).¹⁶ No entanto, jamais houve “a menor rivalidade ou discrepância”, e “as coisas marchavam com tino e prudência”, até que a saída dos corpos da Guarda Nacional do município fez com que algumas cadeiras de vereadores oriundos do “grupo” brasileiro ficassem vazias, assim como os empregos de procurador e secretário.¹⁷

¹⁶ O resultado das eleições de 1865 foi o seguinte: Presidente: Francisco Alves dos Santos. Vereadores: João Jorge Schreiner, João Henrique Fischer, Nicolau Stumpf, João Daniel Collin, João Schmitt, Henrique Braescher e Felipe Herzer. Como suplentes, assumiram no interstício de 1865 a 1868: Antônio José da Rocha Júnior, Antonio José Silveira, Manoel Bento Alves Júnior, Patrício de Azambuja Cidade, Pedro José da Silva Vargas, André Miguel dos Santos, João Coelho Barreto, Antonio Joaquim da Silva Camboim e o Dr. José Antonio do Valle Caldre Fião. Cf. MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2011)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

¹⁷ Em ata, o então vereador Stumpf solicitava que, já que o procurador José Joaquim de Paula teve que

A partir de então, “quando nós nos felicitávamos em ver harmonizados com os mesmos sentimentos e compaternizados”, viram os vereadores aparecer matérias perniciosas publicadas no *Deutsche Zeitung*, ou *Jornal Alemão*, que despertavam *antigas rivalidades*, inclusive uma delas, de um “vereador alemão”, que solicitava a demissão do procurador “sem coisa justificada”, a fim de que se nomeasse um aliado de sobrenome teuto.

Deu-se então um perigoso jogo de “imprudências e leviandades” e de “peripécias indignas”, para o nosso informante. Encaminharam os vereadores presentes a demissão do secretário, que gozava da confiança da maioria dos legisladores municipais. O “partido da raça alemã” queria pôr alguns fora do combate, instigado pelo “perigoso apostolado da imprensa alemã”. A culpa recaía sobre o redator do *Deutsche Zeitung*, que recém tinha assumido esta função. Alves de Moraes ainda informava que houve um “eco consolador”, e nem todos os vereadores teuto-brasileiros se deixaram levar pela “mão estrangeira” do jornal, que desejava “converter a Câmara em um clube de alemães”. Herzer, Collin e Fischer não se curvaram às “ridículas doutrinas do redator”.¹⁸

Dando nome ao mais influenciado por essas ideias, o antigo presidente da Câmara avisa ao presidente da província que Nicolau Stumpf, *ex-vereador*, que ao mesmo tempo é autoridade brasileira, *celebreturve* dos colégios, tentava influir nas decisões de seus colegas, “para os tornar instrumentos de vinganças”. O tal “velho octogenário e caduco” insultava constantemente a Câmara e seus vereadores, e havia solicitado sua demissão em anos anteriores, levando consigo “três vereadores de sua raça, dois suplentes e um de número, que faziam parte do conluio”. Alves de Moraes

marchar para a Campanha do Paraguai, fosse nomeado para este lugar Luiz Schreiner. Por sua vez, Manoel Bento Alves Filho solicitou que fosse enviada correspondência ao Comando Superior da Guarda Nacional, com a finalidade de pedir a dispensa de marchar para a guerra do secretário Tenente Francisco Ferreira Bastos, “visto ser mais difícil sua substituição nesta Câmara do que no corpo onde é oficial”.

¹⁸ O redator do *Deutsche Zeitung*, tantas vezes assim citado, nunca teve seu nome indicado. Trata-se de Carl von Koseritz, que veio para o Brasil em 1851, como grumete de um navio que trazia mercenários alemães para lutarem contra Rosas. Afora suas desventuras no Rio de Janeiro, Koseritz trabalhou como professor particular em Pelotas e passou a colaborar com jornais locais. Teve relações próximas com Domingos José de Almeida e chegou a dirigir o jornal diário Brado do Sul. Em 1864, chega a Porto Alegre. Trabalhou como intérprete provincial. Colaborou com outros periódicos da capital, como o Jornal do Commercio, o Rio Grandense e A Reforma. Desde então, o *Deutsche Zeitung* ficou sob sua redação, de forte tendência germanista e anticatólica.

finaliza sua missiva informando que “as maquinações continuam”, já que a facção de Nicolau Stumpf continuava a manejar intrigas e concitar animosidades.

Stumpf e seus apaniguados aproveitaram o soar do clarim da guerra contra o Paraguai, quando foram deixadas vagas algumas cadeiras de vereadores e as de secretário e procurador da Câmara, com a finalidade de preencher interinamente os cargos, situando ali homens de sua facção. Ele foi banido da Câmara, quando pediu demissão em uma das sessões de 1865. Felipe Herzer, João Daniel Collin e João Henrique Fischer apoiaram o banimento. Foram contra os vereadores João Schmitt, João Jorge Schreiner e Henrique Braescher, e “retiraram-se com seu chefe, sem licença do presidente”, como determinava o regimento interno da casa.

Até então, não havia sido ouvido o acusado, Francisco Ferreira Bastos (filho de Domingos Ferreira Bastos e Dona Anna Maria Ferreira, de quarenta e seis anos, casado, advogado, brasileiro, da Bahia). Ele envia uma resposta ao Chefe de Polícia, na qual afirmava que “a ambição de mando” de alguns promovia processos, inventava crimes e arrastava cidadãos aos tribunais. O seu “irreconciliável inimigo” Nicolau Stumpf o levava à barra do júri, diante das censuras que Bastos o fez “como é público e notório no ‘Rio-Grandense’”. Para o réu, o Dr. Chefe de Polícia deixou ser influenciado por Stumpf, já que só foram ouvidos os de sua parcialidade, como João Jorge Schreiner, “homem sem conceito na cidade por seu comportamento e também inimigo [de Bastos]”.

É interessante perceber que Bastos demitiu-se, após oito meses como secretário da Câmara, “por motivos de delicadeza”. Ainda assim, em autos de libelo cível entre partes, como autor o negociante Nicolau Stumpf e como réus o Capitão José Joaquim de Paula e seus filhos, foi solicitador e procurador do autor.

Em suma, o processo corre normalmente nos trâmites judiciários. São ouvidas diversas testemunhas: João Jorge Schreiner, Carlos Eltz, Elias Nabinger, Nicolau Stumpf, Felipe Dexheimer, Felipe Leopoldo Matte, João Schmitt, João Daniel Collin e João Henrique Fischer. Depois de defender-se, Bastos foi preso por falsificação. Pagou a fiança de um conto de réis. Libertado, os autos foram enviados para formação de libelo. Pediu vistas ao seu advogado e procurador Florêncio Carlos de Abreu e Silva. Após a formação do Júri (como Juiz Dr. Luiz José de Sampaio e como Promotor

Público o Dr. Carlos Thompson Flores), o defensor do réu passa a ser Eudoro Berlink.¹⁹ Francisco Ferreira Bastos é absolvido da acusação que lhe foi intentada e a municipalidade foi condenada às custas do processo.

Ocorrências como estas nos conduzem a sujeitos históricos diversos, desde presidentes da província, promotores públicos e chefes de polícia até pessoas situadas em zonas coloniais interessadas em melhor acesso às vias de escoamento da produção que ultrapassava a subsistência, num corte vertical da sociedade oitocentista. O processo revela capacidades de influência, quer ativando contatos na capital da província em busca de defensores consolidados, como Eudoro Berlink, quer protegendo amigos, parentes e clientes que favoreceram de alguma forma uma facção durante o conflito entre farroupilhas e legalistas, ou ainda em uma eleição. Há também a utilização de um argumento de ordem étnica – ou se é brasileiro, ou se é alemão –, que, certamente, tentava convencer as autoridades que o espaço político e público agora dominado por sobrenomes alemães deveria retornar ao antigo grupo dominante, da elite que já era elite.

Percebemos uma sociedade complexa, portanto, repleta de arranjos sociais pelos quais transitavam alianças, sejam elas duradouras ou não, conflitos, dependências e lealdades, entre sujeitos coligados por vínculos muito diversos, como, por exemplo, de parentesco (ritual ou consanguíneo), de dívidas, de negócios ou de trabalho. Sugerimos, a partir disso, reflexionar acerca de redes sobrepostas que conformam o tecido social do Brasil do século XIX, especialmente em uma época ainda com traços de Antigo Regime, mas que já trazia consigo algumas nuances diferenciadas que trataremos a partir de agora.

A atuação considerada ilegal, mas depois absolvida, do Tenente Francisco Ferreira Bastos, revelou a busca por legitimação, mas também laços que denotam relações políticas interétnicas, facções locais que ultrapassavam o limite de ser considerado “alemão” ou “brasileiro”, como quando Francisco Alves dos Santos foi apoiado publicamente por Felipe Herzer, João Daniel Collin e João Henrique Fischer. Houve uma intensa mobilização de capitais relacionais de sujeitos que já detinham grande parte do capital informativo, já que eram vendeiros, negociantes, donos de

¹⁹ Eudoro Berlink foi professor e jornalista. Conservador, dirigiu o jornal ligado a seu partido, *O Rio-Grandense*. Foi um dos fundadores do Parthenon Litterario, em 1869.

lanchões, com trânsito em qualquer parte da zona colonial e ainda na capital da província. Não atuavam sozinhos, certamente. Enquanto Stumpf e os seus agiam sob a proteção de Carl von Koseritz e os seus amigos liberais, há ligações claras entre Francisco Ferreira Bastos, Francisco Alves dos Santos e outros ao conservador Israel Rodrigues Barcellos, à época, Deputado Geral do Império (CUNHA, 2000, p. 443-454). Aparentemente, nesta disputa, Hillebrand fica de fora, no entanto, sabemos que, liberal que era, “granjeou inimigos, personificados, entre outros, por Israel Rodrigues Barcellos” (PICCOLO, 2005, p. 200).

No entanto, é lícito afirmar que não bastava ter muitos escravos em seu plantel, uma infinidade de cabeças de gado ou extensões generosas de terra. Sujeitos como esses estavam cientes que para se mover pelas redes de poder, não bastava pertencer à elite econômica. Manifestar sua adesão a uma facção (ou a outra, ou transitar ambigualmente entre duas ou mais) também era necessário. Além disso, fazia-se necessário, pelo visto, ativar laços e vínculos positivos preexistentes. O já citado americanista Graham destaca que a família e a unidade doméstica constituíam os fundamentos de uma estrutura de poder socialmente articulada, e o líder local e seus seguidores trabalhavam para ampliar a rede de dependência. Numa sociedade predominantemente rural, um grande proprietário de terras contava com lealdade dos seus trabalhadores livres, dos sitiantes das redondezas e dos pequenos comerciantes da vila, lealdade que seria demonstrada por várias maneiras, não menos pelo apoio nas eleições (GRAHAM, 1997, p. 17).

No tocante à manutenção de alguns laços de *Ancien Régime*, compactuamos com Norbert Elias, quando, em *A Sociedade de Corte*, afirma que se alguém que não pode mostrar-se de acordo com seu nível de respeitabilidade perante à sociedade e aos sujeitos que a ele são submissos, “permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status” (ELIAS, 2001, p. 85).

É claro que não negamos que, a partir do século XIX, ocorreram mudanças nas condições e no estilo de vida que o Antigo Regime abrigava em si. No entanto, características se mantiveram, como as etiquetas sociais, mesmo que fossem relegadas a segundo plano ou aos aspectos privados no oitocentos. Para o próprio Elias, no século XIX, “a profissão determinava em primeiro lugar o comportamento dos indivíduos e sua relação mútua, era nela que residia o centro das coerções exercidas pelas

interdependências sociais” (ELIAS, 2001, p. 129). Talvez aqui podemos inferir que algumas relações sociais continuaram acontecendo, e a legitimação do poder ou do trânsito pelas malhas sociais ainda eram latentes.

Na São Leopoldo do século XIX, sujeitos aos quais a historiografia relegou o papel de apolíticos, guerreavam com seus capitais relacionais, decidindo êxitos e fracassos de comportamentos escolhidos dentro de uma margem de manobra revelada pelas normas sociais. Tornar público essas disputas era praticamente publicizar a concorrência por prestígio social, por “chances de prestígio hierarquizadas” – ou por chances de poder, se assim quisermos – (ELIAS, 2001, p. 116), que poderiam trazer bons resultados não só econômicos, mas sobretudo políticos para si, para sua família e para seus dependentes ou clientes.²⁰

Esses “alemães”, inclusive, podem ter recebido de seus pais, de seus avós ou padrinhos a “herança imaterial” das “boas sociedades” alemãs, de onde provinham – mas, mormente, de grupos submissos a elas –, que eram diversas, de fato, mas onde a noção de honra pessoal detinha forte tradição militar, cujo cerne era a capacidade de pedir satisfação.²¹ Não precisar dar satisfação a alguém, portanto, é aparentar poder, legitimidade e prestígio. E assim, fazer parte da Guarda Nacional como oficial é destacar-se dos demais, emergir da pequena propriedade colonial para o núcleo urbano

²⁰ Se pensarmos no papel da clientela, podemos retornar à Graham e concordar com sua assertiva: “o tamanho da clientela era a medida de um homem”. Mesmo assim, “a família e a unidade doméstica construíam e dependiam de generalizadas relações de dependência e deferência. Todo o grupo de um protetor, seus seguidores imediatos, assim como os que lhe prestavam lealdade e obediência como empregador, senhor de terra ou emprestador de dinheiro, procuravam-no em busca de proteção e apoio. Se os símbolos externos e os meios particulares de seu poder estavam no controle que ele exercia sobre cargos locais, fosse pela prerrogativa oficial de indicar candidatos, fosse pela não oficial de que os recomendaria, uma fonte igualmente rica de poder era o fato de ele possuir recursos físicos, como terra, escravos ou gado. Podia fazer os pretendentes aos cargos dependerem dele, mesmo candidatos à Câmara dos Deputados. O padrinho que tinha raízes locais agia sobre o sistema nacional do clientelismo tanto quanto o sistema nacional agia sobre ele”. GRAHAM, op. cit., 1997, pp. 276-277.

²¹ *Satisfaktionsfähigkeit*. Ver: ASCH, Ronald G. Einführung: Adel in der Neuzeit (Introduction: Nobility in Modern History). In: *Geschichte und Gesellschaft*. 33. Jahrg., H. 3, Adel in der Neuzeit (Jul.-Sep., 2007), pp. 317-325. O autor aponta para a fragilidade das noções de nobreza e de ser nobre durante o século XIX, afirmando que mesmo durante o Antigo Regime a concepção de nobreza já não era tão clara. Mesmo que as elites nobres conseguiram manter certa coerência, para o autor, qualquer autodescrição deveria encontrar aceitação pública. Este seria o laço que uniria século XIX e Antigo Regime: a necessidade de aceitação pública para manter e constituir hegemonias e legitimações, apresentar-se como elite ou nobreza. Esses grupos adaptavam-se às novas políticas e desafios culturais.

(mesmo que diminuto) da cidadela e tornar-se além de cliente, intermediário ou ainda patrão.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Muckers*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A casa de Bragança – 1560-1640*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres na corte (1824-1881). In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. Caxias do Sul: EdUCS; São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. Porto Alegre: Globo, 1984.
- GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004, p. 120.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 72-74.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÜDTKE, Alf (Ed.). *The History of Everyday Life*. Reconstructing historical experiences and ways of life. Princeton/EUA: Princeton University Press, 1995.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.
- OBERACKER Jr., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

- PICCOLO, Helga I. L. Imigração alemã no Rio Grande do Sul: práticas e discursos. Século XIX. In: Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Rio de Janeiro, 2005.
- PICCOLO, Helga. *A política rio-grandense no II Império 1868-1882*. Porto Alegre: GPHRGS, 1979.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1997, p. 230.
- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- SILVA, Haïke R. K. da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. História de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Santa Maria: EdUFMS, 2010.
- WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.